

MUITO ALÉM DOS LIVROS DIDÁTICOS, DO QUADRO E DO GIZ: DINAMIZAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE GEOGRAFIA NO NÍVEL FUNDAMENTAL –UMA VIVÊNCIA NO ENSINO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E DE ANGRA DOS REIS, RJ

Khalil Antonio Dib¹

INTRODUÇÃO

A Geografia talvez seja a ciência que tenha evoluído de forma mais rápida se compararmos, proporcionalmente, ao tempo de sua existência que é de mais ou menos 150 anos. Ao longo desse período muito foi feito em termos teóricos, conceituais e da prática tanto de pesquisa quanto da sala de aula. No entanto, mesmo com esse inegável desenvolvimento, percebemos que um conjunto de fatores vem literalmente travando uma maior fluidez da disseminação do conhecimento geográfico especialmente nas escolas, fazendo com que essa ciência, dinâmica por excelência e que se revela (ou deveria se revelar) como um instrumento para a compreensão, explicação e porque não dizer ação no mundo em vivemos, mundo esse cada vez mais interligado, ao mesmo tempo em que mais contraditório, muitas vezes injusto, mas certamente mais complexo.

Quando aqui destacamos a palavra dinamização, entendemos que não representa aquela aula onde o professor dê cambalhotas na sala de aula, ou qualquer tipo de espetáculo circense, mas sim aquela que se faça fluir o melhor possível o processo de ensino e aprendizagem de Geografia e que nesse enredo, o profissional esteja preparado no que diz respeito aos fundamentos gerais da educação, incluindo as metodologias de ensino e avaliação e à evolução do pensamento geográfico, buscando enterrar definitivamente o ranço perverso deixado pela “Geografia Tradicional”. Deverá também estar consciente e determinado a superar barreiras, as quais, na maior partes das vezes, se apresentam como verdadeiras armadilhas (para muitos até convenientes, porque dão menos trabalho), mas que de toda forma acabam somente contribuindo para a formação de um aluno/cidadão de segunda classe; o que definitivamente contraria os anseios mais nobres do magistério de maneira geral e especialmente aquilo para que se dirige a Geografia.

As condições gerais da educação do Brasil, incluindo as “políticas de educação”; os estabelecimentos de ensino com suas “orientações administrativas e pedagógicas”; as

¹ Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos
kadib@ig.com.br

Rua Engenheiro Trindade, 229, Campo Grande, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP:23050-290

condições sócio-culturais e educacionais dos alunos; a tola persistência da dicotomia histórica entre “Geografia Física” e “Geografia Humana”, agora unida a outros problemas como o não discernimento entre informação geográfica e fundamentação geográfica; a retórica de um discurso inconsistente com a prática de sala de aula agregada muitas vezes à acomodação de muitos profissionais de Geografia; e por fim (ou de início) a formação inadequada do corpo docente, são características que constituem verdadeiras barreiras, que em dimensões escalares diferentes, mas que se entrelaçam, afetam de sobremaneira o desenvolver de um processo qualitativo de ensino e aprendizagem de uma Geografia verdadeiramente “transformadora”.

Sendo assim, neste trabalho, buscaremos não só trazer à baila os problemas citados, mas também propor soluções e especialmente mostrar práticas que vem sendo desenvolvidas nos últimos quatorze anos no ensino público municipal, 2º segmento do ensino fundamental, nos municípios do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis; nem sempre ganhando, nem sempre perdendo, mas aprendendo e querendo superar barreiras.

CONDIÇÕES GERAIS DA EDUCAÇÃO: ALGUNS COMENTÁRIOS

Neste tópico não vou me ater em detalhes específicos sobre o ensino no Brasil, pois isso geraria uma tese (ou várias) como, aliás, já são do conhecimento geral. Na verdade pretende-se aqui apenas relatar “situações educacionais” em nível de país que contribuem para a prática insatisfatória (e às vezes até danosa) do ensino da Geografia por mim vivenciada e que remetem, inexoravelmente, a real democratização da escola e nesse contexto o seu atual papel.

Fundamentalmente, a escola (neste caso dando ênfase a escola pública, nível fundamental) deverá contribuir para a formação do cidadão, que desde tenra idade, precisa vivenciar um conjunto de ações que lhe permitam, de forma gradual, adquirir conhecimentos, habilidades e por conseqüência refletir atitudes compatíveis com os anseios, espero que os mais nobres, da sociedade da qual faz parte.

Ocorre que, de modo geral, há ainda um grande distanciamento entre as aspirações educacionais e as condições objetivas de vida dos alunos, especialmente neste “mundo da globalização” onde o que é cobrado nada menos do que a excelência. Mas essa excelência, não se refere apenas a capacidade de operacionalização técnica como, aliás, muitos querem nos fazer acreditar; ela confirma e nos remete ao objetivo central da escola, ora exposto. E assim, ainda continuamos a tropeçar em vários e antigos obstáculos: a superlotação das salas, a utilização do ensino como alvo demagógico em épocas de eleição, a ampliação das funções da escola, onde especialmente o professor, se vê obrigado a ser psicólogo, orientador sexual, conselheiro de família e até mesmo “guarda de trânsito”. À escola também foram dadas outras atribuições como centro de distribuição da

bolsa escola, do cheque cidadão e quem sabe que outros “donativos governamentais”. Devemos também lembrar da histórica falta de recursos didáticos, da infraestrutura dos prédios escolares, da ausência ou ineficiência de cursos de capacitação, que em vários casos estão repletos de ideologias do poder público ao qual está vinculado, sem contar no eterno dilema dos baixos salários e do “vai e vem” ou do “pula pra cá e pra lá” de uma escola para outra para garantir uma remuneração melhor.

Algumas políticas que considero sórdidas compõem o quadro da educação em seu aspecto mais amplo. Elas se apresentam como metodologias milagrosas que na realidade mascaram a ingerência e o descaso por uma educação que promova a verdadeira cidadania, caminham em sentido contrário ao que se ansiava com a Constituição de 1988, citada por Niskier (1996) que fez na época uma análise da nova lei de diretrizes e bases da educação, onde temos que “... ao tratar do plano nacional de educação, com o objetivo de articular e desenvolver o ensino em seus diversos níveis, e ainda, de integrar as ações do poder público, prescreve a **promoção humanística, científica e tecnológica do país**”. As tais políticas milagrosas se referem a constante troca dos parâmetros para a avaliação, que no final acabam constituindo-se meros itens de registro. Troca-se o A, B, C, D e E pelos PS, S e EP ou pelos mais atuais O, MB, B, R, I, como acontece no Município do Rio de Janeiro ou o S, P e N de Angra dos Reis. A idéia aqui é a de facilitar a aprovação via registro e não a de qualificação do ensino.

Mas, aquelas mais sórdidas como já havia mencionado são aquelas relativas à aprovação automática, à aceleração, à progressão (especialmente no Município do Rio de Janeiro) configurando-se em autênticos descartes de alunos dando-lhes a falsa impressão que “conseguiram”. Mas conseguiram o quê? Talvez mostrar a incompetência e a má intenção dos políticos ao longo de suas gestões e a impotência das classes sociais envolvidas nesse ardiloso processo.

Nessa linha ainda podemos destacar que uma gestão democrática da educação tem que se direcionar, de forma equilibrada, a infraestrutura física da escola e a parte didático-pedagógica, respaldando-se nos “aspectos que afetam o cotidiano, a rotina do trabalho escolar; que busca atuar sobre as práticas já consolidadas tomando-as como ponto de partida, sem fazer desabar pacotes prontos presunçosamente negam tudo que o professor já fez e propõem” começar tudo de novo; é gestão que se dá conta de não adiantar construir escolas nem adotar belas teorias pedagógicas ou sofisticadas tecnologias de ensino, se o salário está aviltado e a sua dignidade profissional degradada “. Tal afirmação (e é o que mais impressiona) já era destacada por Guiomar Namó de Mello e outros em 1987, em obra intitulada Educação e Transição Democrática. De fato hoje em dia, vemos “propostas” que na realidade são impostas como a Multieducação (no Rio de Janeiro) Eixos Temáticos, Matriz de Referência, Tema Gerador (em Angra dos Reis) entre outras que pude presenciar.

Apesar de possuírem pontos positivos, especialmente na parte conceitual, re-valorizando obras de Vygotsky, Freinet, Piaget, Paulo Freire, mas com a forma inadequada, atropelada, antidemocrática e sem a continuidade dos governos e o suporte técnico e pedagógico necessários ao professor, os ganhos (mesmo em termos conceituais) são mínimos ou nulos, trazendo desconfiança, insegurança e até mesmo má vontade por parte do professor em “abraçar aquela idéia”.

A estruturação pedagógica interna das escolas, a hierarquização e a divisão técnica do trabalho na escola constituem outros obstáculos a serem superados. A respeito da estruturação das escolas, a dificuldade em se encontrar colegas da mesma área ou mesmo de outras áreas é muito grande e mesmo quando há os tais encontros pedagógicos muito pouca coisa é realizada e sempre pelos mesmos “professores bobos”. Nesse quadro, como exemplo, temos o planejamento, que deveria refletir ações individuais e coletivas após o contato inicial com as turmas, não se dá de forma adequada. O que acaba acontecendo é a construção de um planejamento apenas para contemplar uma ação burocrática resultando em práticas individuais subseqüentes descoladas de um todo representativo das turmas; mas no fim os planejamentos de alguma forma surgem e a direção fica satisfeita.

Quanto à hierarquização, em muitos casos (quase já levei uma “cadeirada” por questionar certas situações) o trabalho do professor fica submetido a decisões burocráticas dos **profissionais da direção**. A marcação em negrito vai por conta da guerra que trava para que os componentes da direção lá se conservem, cujas às razões passam pela maior remuneração daqueles que estão no “front” da educação e pelo suposto “status”, qualificação de “chefe” que recebem. O “poder” é tão grande que eu e meus colegas já tivemos conceitos dados aos alunos, após exaustivos debates no último conselho, simplesmente alterados por membros da direção; explicações posteriores vieram, mas não convenceram e pouco pôde ser feito. Mas o fato é que as estatísticas educacionais melhoraram sensivelmente. Isto já me ocorreu nas duas escolas municipais.

Somado a isso tudo e infelizmente, em todos os sentidos, convivemos com o sistema público de educação dos referidos municípios, com alunos que acesso limitado a informações de qualidade, a uma orientação familiar mais elaborada relativa à complementação das discussões e conhecimentos disseminados em sala de aula, já que os familiares são de origem bem humilde, sem falar das necessidades básicas daquele aluno, que muitas vezes não é satisfeita. É claro que existem muitas exceções, mas de regra isso acaba dificultando consideravelmente a prática pedagógica.

A questão inicial e fundamental que marca essa primeira passagem é a seguinte: como desenvolver um trabalho de qualidade de educar, contribuindo para a formação de um cidadão (no sentido mais amplo da palavra) através do ensino da Geografia, se a educação

/ escola é ainda tão antidemocrática, desigual, ultrapassada relativamente ao atual contexto mundial, rigidamente hierarquizada, desvalorizadora?

Essa questão vem da minha experiência, análise e estudo de muitos anos no magistério público municipal. Pode não ser a realidade de muitos colegas, mas certamente é a realidade de tantos outros ou deverá ser. Não existe receita de bolo para esses problemas, mas há algumas alternativas: não se deixe vencer jamais; quando entrar na sala de aula deixe essas chateações do lado de fora; focalize seus objetivos no engrandecimento do aluno, que resultará no seu crescimento; se pedirem para preencher papéis e mais papéis, simplesmente preencha-os, mas não se iluda que isso é o todo da educação, como pressupõem os burocratas; respeite a hierarquia, mas não se submeta a decisões absurdas vindas de instâncias superiores que fira a sua avaliação, bom senso, ou princípios no campo ideológico ou de sua prática pedagógica, uma vez que você esteja convicto que o aquilo que estiver fazendo é para o aluno e não para agradar as SMEs; tente construir um trabalho interdisciplinar e se qualifique continuamente, buscando analisar as novas abordagens pedagógicas e principalmente procure estar atualizado com o desenvolvimento e com a produção geográfica, os quais se configuram em elementos fundamentais para a compreensão e explicação do mundo em suas variadas nuances e escalas.

Esses últimos tópicos serão abordados a seguir.

O QUE SE BUSCA DESENVOLVER NO E COM O ALUNO?

Uma questão que nos envolve de tempos em tempos e que nos leva a seguinte consideração é essa: afinal de contas, o que a educação deverá desenvolver nos alunos para propiciar-lhes a perspectiva da formação da cidadania? Não é um assunto que se aborde em poucas páginas certamente, mas o objetivo aqui é ser objetivo, indicando alguns referenciais educacionais importantes e ao mesmo tempo básicos na condução da ação educacional e logicamente mais especificamente no ensino da Geografia. A resposta, talvez até simples demais, se define nessa afirmação: criar competências, ou por outra, tornar o aluno competente.

A criação de competências, de modo algum aqui, se refere à prática que condicione o aluno a atos mecânicos, tantos físicos ou intelectuais, como tradicionalmente era ou é feito, mas sim, propiciar-lhe o desenvolvimento adequado ao mundo que lhe é apresentado, de desafios, de direitos e deveres.

Desse modo, nos baseando em Moretto (1999 e 2001) e Perrenoud (1999 e 2000) podemos dizer que competência é entendida como a capacidade de o sujeito mobilizar recursos (cognitivos) visando à abordagem de situação complexa. Entre os elementos que contribuem para a construção das competências, podemos citar: a) os conteúdos

específicos; b) habilidades e procedimentos; c) as linguagens; d) os valores culturais e e) a administração de emoções.

A respeito do primeiro elemento podemos dizer que para se resolver uma situação complexa, como por exemplo, para a interpretação de um texto que fale sobre os problemas sociais intensificados pela globalização econômica, é necessário ter acesso a conteúdos específicos ligados a esse evento; um alicerce sólido que permita a análise consistente do fato. Se o assunto for simplesmente exposto, sem esse preparo inicial, recairá no vazio, sem significado. Quanto às habilidades e procedimentos, refere-se ao “saber fazer” relacionado a uma ação física ou mental. Busca-se o aprimoramento do ato de identificar, relacionar, avaliar, aplicar, analisar. As habilidades devem ser sempre exercitadas. As linguagens traduzem na “forma” de comunicação específica, neste caso a linguagem geográfica. Por exemplo, ao falarmos de espaço no contexto da linguagem geográfica, terá significados diferentes daqueles do senso comum ou mesmo de outras ciências. Os valores culturais dos alunos, incluindo as suas vivências, devem ser incorporados no processo de aquisição de competências. A partir do lugar e das experiências (que se constituem referências dos alunos) outros patamares ligados a resoluções de situações complexas poderão ser atingidos. A administração das emoções retrata a possibilidade de conduzir, administrar, problemas relacionados ao temperamento, ansiedade, de modo que sejam canalizados a um bom desenvolvimento cognitivo. Neste caso, podemos dar o exemplo, da colocação do mapa do Brasil dependurado no quadro, induzindo o aluno a se levantar e ir consultá-lo, de acordo com determinada tarefa pedida. O fato de o aluno se locomover, agora direcionado para uma atividade específica, canaliza sua energia para uma ação positiva dentro de sala.

Associado a tudo isso não podemos esquecer de um outro ponto fundamental, para definitivamente enterrar a reprodução mecânica e sem sentido de conteúdos, que é aquele relacionado à apropriação de conceitos.

O conjunto desses elementos e ações se efetivam na sala de aula, sendo reflexo da relação profissional e fraterna entre professor e aluno.

As avaliações, nesse quadro, devem ser diversificadas, de cunho quantitativo e qualitativo, criativas e exercidas de modo contínuo. O aluno precisa saber que todas as ações resultam em conseqüências e que no ambiente escolar democrático (ao contrário do que o tradicionalismo rígido prega) deve haver compromisso, respeito, organização e determinação.

O professor (que não é nenhum milagreiro, mas tem ser um profissional de qualidade como qualquer outro de qualquer outro ramo) deverá refletir: alegria, mas não “palhaçada”; seriedade sem ser antipático; autoridade sem ser autoritário; conhecimento sem ser prolixo; rigor sem ser “militar”; ações políticas sem ser “político” e flexibilidade sem “dar mole”.

A IMPORTÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL NO CAMPO DA GEOGRAFIA

O conhecimento do desenrolar histórico da Geografia em suas diversas nuances, tendências, construções conceituais e metodológicas, torna-se essencial para o preparo do professor. Portanto, algumas obras literárias básicas e algumas podem ser consideradas até “clássicas” devem ser visitadas e re-visitadas.

É bom que se diga que o objetivo não é o de fazer uma revisão bibliográfica, mas de uma forma singela pelo menos marcar algumas obras de cunho geográfico (mesmo correndo o risco de ser injusto) que constituem de forma geral o alicerce/base para uma prática pedagógica de qualidade e verdadeiramente consistente. Dessa forma, podemos começar citando Moraes (1986) e Christofletti (1992) que analisam de forma muito rica, nesses livros, a trajetória da Geografia desde o seu nascimento enquanto ciência até a década de 80, tanto no Brasil como no mundo.

Mesmo, como já frisado, não pretendendo realizar uma revisão bibliográfica mais detalhada, inclusive não nos atendo a temas mais específicos dentro do campo do conhecimento geográfico, acreditamos que seja importante citar brevemente outras obras que contribuem para a melhor fundamentação da ciência da Geografia.

Assim, como um reforço ao entendimento mais vertical da corrente crítica da Geografia, inclusive competentemente analisada nas obras indicadas nos parágrafos anteriores, não faz mal nenhum se entreter com o livro de Quaini (1979), o qual mostra a relação entre a Geografia e o Marxismo; com Lacoste (1988) que explicita as relações entre a geografia dos professores, a geografia dos Estados Maiores e as questões do poder; com Moraes e Costa (1987) avançando na análise mais vertical ligada à Geografia Crítica e questão da importância do espaço; ou Moreira (1986) discutindo a definição de Geografia no prisma da Geografia Crítica e também Vesentini (2003), fazendo uma revisão interessante do desenvolvimento da Geo.Crítica, com um depoimento marcante do trilhar dessa corrente do pensamento geográfico no Brasil.

A respeito dos fundamentos trazidos pela corrente conhecida como Geografia Humanística, menos propagada do que a Geografia Crítica, mas não menos importante, destacamos inicialmente a obra clássica de Tuan (1983) que trabalha com os aspectos conceituais e metodológicos dessa corrente. Como, em muitos casos, o acesso a essa obra é difícil, em Mello (1990) podemos observar um texto objetivo, reflexivo e competente em se tratando das características dessa corrente.

Sobre a Geografia Cultural Renovada, a leitura obrigatória que reflete as suas características básicas é aquela representada por Rosendahl e Correa (1999), que dentre

uma coleção bastante interessante apresentando trabalhos diversos sobre a Geografia Cultural, em termos de fundamentação há de se destacar o livro “Manifestações Culturais do Espaço”.

Sobre o que se convencionou chamar de Geografias Pós-Modernas, não podemos nos esquecer de Harvey (1992) e Soja (1993) que discutem sobre as perspectivas de análise geográfica que se abriam já na década de 90 e que se confirmariam no início de século XXI.

Milton Santos, deixado por último, de forma proposital, tem em todo o conjunto de suas obras aspectos extremamente relevantes no que tange a fundamentos. Seria muito difícil, admito, citar e comentar o legado de suas realizações literárias sem cometer uma omissão ou algum deslize. Assim, gostaria de marcar o riquíssimo conteúdo de uma de suas obras mais recentes: “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” em sua 11ª edição divulgada em 2004, nos premia com uma análise firme, lúcida, aparentemente pessimista, mas que na verdade revela-se otimista, vislumbrando, apesar das grandes dificuldades, no que se refere à mudança de rumo da tão falada, mal falada e sentida globalização econômica.

Autores específicos aparte, acredito que também deve ser enfatizado o trabalho realizado pelo Ministério da Educação e Cultura, relativamente aos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia, Brasil (1998). Com todas as críticas que podem e merecem receber sob aspectos conceituais, metodológicos entre outros, não diminui a sua importância como um norteador e mesmo como um referencial de aprendizado, já que aborda aspectos do desenvolvimento da Geografia e da premência por uma Geografia que se desprenda da “maldição” do tradicionalismo danoso e enverede por caminhos mais condizentes com atual fase mundial ou em última instância como um foco de discussão e aprimoramento do aprender e ensinar Geografia, neste caso, especialmente, relacionado ao ensino fundamental, 2º segmento.

Ainda sobre os PCNs de Geografia para o ensino fundamental, 2º segmento, podemos dizer que está estruturados em eixos para as 5ª e 6ª e 7ª e 8ª séries, respectivamente. Para as primeiras séries temos os seguintes eixos: Eixo 1 - A Geografia como uma possibilidade de leitura e compreensão do mundo; Eixo 2 – O estudo da natureza e sua importância para o homem; Eixo 3 – O campo e cidade como formações socioespaciais; Eixo 4 – A cartografia como um instrumento como instrumento na aproximação dos lugares e do mundo. Para as séries finais do nível fundamental temos os seguintes eixos: Eixo 1 – A evolução das tecnologias e as novas territorialidades em redes; Eixo 2 – Um só mundo e muitos cenários geográficos e Eixo 3 – Modernização, modo de vida e a problemática ambiental. Todos os eixos são desmembrados em sub-eixos e também são apontados possíveis tópicos/temas que poderão ser desenvolvidos.

Dentro do corpo desse trabalho, são destacados também, temas transversais que podem ser aplicados no decorrer da prática pedagógica. Os temas transversais, que, aliás, são apontados para todas as disciplinas, mas abordados com a especificidade requerida para cada campo do saber. São eles: Ética, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde e Trabalho e Consumo.

Quanto à avaliação, aponta critérios ligados à operacionalização dos conceitos, dos procedimentos e das atitudes refletidas nos alunos no processo de ensino e aprendizagem.

A carência na fundamentação em pontos que considero até mesmo elementares provoca uma distorção limitante e extremamente lesiva no que tange à disseminação de uma Geografia abrangente, inteligente. Tal problema é visto na deficiência da apropriação mais elaborada do conceito de Geografia, o que leva na prática, a ridícula e infundada divisão entre Geografia Física e Geografia Humana. Não existem duas Geografias, mas sim uma ciência com suas especificidades, o que aparentemente deveria ser fácil de se compreender, mas por tantos outros pontos já levantados ainda consiste um “nó” que trava uma prática pedagógica na linha mais efetiva, especialmente para lidar com as questões que envolvem o meio ambiente e a Geografia.

Para tratarmos desse tema com mais propriedade, são necessárias algumas definições e considerações. Assim, começaremos apresentando as seguintes definições: “a Geografia tem por objetivo estudar as relações entre o processo histórico, na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem. Na busca dessa abordagem relacional, trabalha com diferentes noções espaciais e temporais, bem como com os fenômenos sociais, culturais e naturais característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição, para identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza em sua interação” (Brasil, 1998).

Entre tantas definições que achamos condizentes com o real significado de meio ambiente (ambiente) podemos citar a de Bolea (1980) que apesar de não ser tão atual é sem dúvida bastante interessante. Em síntese pode ser assim descrita:

O meio ambiente é composto por um conjunto de elementos que podem ser divididos em dois agrupamentos: o meio natural e o meio social. O meio natural é constituído por quatro sistemas inter-relacionados, que são a atmosfera, a hidrosfera, a litosfera e a biosfera, da qual o homem faz parte. O meio social é definido pela forma em que as sociedades humanas estão organizadas e funcionam para satisfazer suas “necessidades básicas”. As “necessidades básicas” dividem-se em necessidades físicas (alimentação, saúde, moradia e

vestimenta) e necessidades sociais (educação, trabalho e liberdades individuais de participar do sistema político e econômico existente).

A Educação Ambiental “é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente”, (Loureiro e outros 2002).

Com base na descrição de Dias (2003), podemos destacar os princípios da Educação Ambiental. São eles: **a)** considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo homem, tecnológicos e sociais (econômico, político, técnico, histórico-cultural, moral e estético); **b)** constituir um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar, e continuando através de todas as fases do ensino formal e não formal; **c)** aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada; **d)** examinar as principais questões ambientais, de ponto de vista local, regional, nacional e internacional, de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas; **e)** concentrar-se nas situações ambientais atuais, tendo em conta também a perspectiva histórica; **f)** insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir e resolver os problemas ambientais; **g)** considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento; **h)** ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais; **i)** destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver os problemas; **j)** utilizar os diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais.

Pretende-se alcançar a partir desses princípios, as seguintes categorias de objetivos:

- 1) Consciência:... ajudar os indivíduos e grupos sociais a sensibilizarem e a adquirirem consciência do meio ambiente global e suas questões;
- 2) Conhecimento:... a adquirirem diversidade de experiências e compreensão fundamental sobre o meio ambiente e seus problemas;
- 3) Comportamento:... a comprometerem-se como uma série de valores e a sentirem interesse pelo meio ambiente, participando da proteção e melhoria do meio ambiente;
- 4) Habilidades:... adquirirem habilidades necessárias para identificar e resolver problemas ambientais;

5) Participação:... proporcionar a possibilidade de participação ativa das tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais.

É bom que se evidencie, que esses objetivos estão interligados e de certa forma o trabalho de Educação Ambiental poderá começar a partir de qualquer um deles, já que um leva ao outro.

Não devemos nos esquecer, com base em Del Rio e Oliveira (1996), da grande relevância da percepção ambiental para os estudos sobre o meio ambiente e especialmente para trabalhos ligados à Educação ambiental. A percepção ambiental pode ser entendida como uma atividade mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, que ocorre através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos. Os mecanismos perceptivos são dirigidos por estímulos externos, captados pelos cinco sentidos. Os cognitivos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, pois a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem recebe as sensações passivamente. Existem contribuições do sujeito ao processo perceptivo, que são os mecanismos cognitivos, incluindo motivações, humores, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas. Assim, a mente organiza e representa a realidade percebida através de esquemas perceptivos e imagens mentais, com atributos específicos.

Fica claro que a concepção de Educação Ambiental e tudo que a circunda representa um grau expressivo de complexidade e ambição, pois lida com mudanças importantes de atitudes, tanto individuais como coletivas, com a aquisição qualitativa de conhecimentos, associada a uma visão integrada de aspectos culturais, econômicos, políticos, sociais e naturais. Nesse sentido, a Educação Ambiental exige um ferramental teórico e conceitual e metodológico bem embasado para a sua difusão e efetivação.

Com essas informações básicas fica absolutamente nítida a relação, aliás, o **entrelaçamento entre a Geografia e as questões ambientais**. Na verdade a Geografia pela sua abrangência, sintetizada na definição anteriormente exposta (Brasil, 1998) é a ciência que possui uma associação mais estreita com a temática ambiental em sua maior dimensão. Mas a desinformação e a não fundamentação e até mesmo o preconceito, fazem que cada vez menos professores lidem de forma qualitativa e profunda com essa temática, literalmente abrindo mão daquilo que está na essência dos estudos geográficos e impossibilitando uma melhor compreensão do espaço geográfico por parte dos alunos, pois esse trilhar lhes é negado.

Procuramos nesse tópico destacar a importância da fundamentação ligada ao desenvolvimento da ciência da Geografia e das possibilidades que esse conhecimento mais vertical, abrem para uma prática de ensino mais sólida. Não houve a pretensão de fazer uma grande revisão de obras, mas sim indicar aquelas que seriam básicas e por isso,

certamente, admito, não ter feito jus a vários autores importantes. Mas é bom que se diga que no corpo dessas obras há a indicação de outros autores que podem e devem ser apreciados com atenção. E para finalizar esse tópico, gostaria de salientar, que informações retiradas das mais variadas fontes quer sejam de autores que não tiveram a formação geográfica, ou mesmo dos diversos órgãos de comunicação, serão bem-vindas desde que sejam direcionadas a partir dos “pilares da fundação da Geografia” e que de forma dinâmica e contextualizada, reflitam um verdadeiro significado para os alunos.

RECURSOS DO PROFESSOR E UM PROFESSOR COM RECURSOS

Todas essas dificuldades, carências, desembocam, em diversas situações, no desestímulo geral e a sua conseqüente acomodação. O professor deixa de ser criativo, para ser repetitivo e burocrático não fazendo nada de interessante e de estimulante, em termos metodológicos ou com a utilização e recursos didáticos e pedagógicos para atrair o aluno para os temas de Geografia que deveriam estar sendo desenvolvidos, criando assim um ambiente propício ao aprendizado, que corresponde à compreensão do mundo em que vivemos. A pesquisa, elemento fundamental e cotidiano na vida de um educador é esquecida ou praticamente esquecida. O tempo demora muito mais a passar e há um “pacto de mútua aturção”. No final do ano, no último conselho de classe, o conceito dado ao aluno deverá refletir o que ele apreendeu. Será? Tudo isso contraria totalmente aquilo que se pressupõe um processo educativo verdadeiramente dinâmico e de qualidade.

A situação fica ainda mais complicada, quando, como dito anteriormente, as direções das escolas estão mais preocupadas com as “estatísticas”.

É claro que não se pode generalizar o quadro exposto, mas também não se pode “tapar o sol com a peneira”. Alguns podem achar isso compreensível, em virtude de tantos obstáculos que são dispostos à frente do professor. Mas, a luz da lógica, do bom senso, da moralidade, isso é inadmissível. A quem pode beneficiar esse tipo de postura? E se essa prática atingisse um filho de um desses professores? Como fica a consciência do professor, caso ele tenha a percepção do que está fazendo, ou melhor, o que está deixando de fazer?

No início desse ano um aluno de graduação de Geografia do primeiro período, ao apresentar um trabalho ligado a visitas às escolas do ensino básico, analisando entre outras coisas, que “tipo” de Geografia era lecionada, construiu o seguinte neologismo em virtude de algumas práticas que pode constatar e também por entrevistas que realizou: “**menticídio**”.

Não há outra alternativa para não cometermos “menticídio”. É necessário uma preparação em todos os aspectos fundamentais da profissão, incluindo-se aí, a criatividade, a determinação, buscando-se incansavelmente tornar as aulas o mais atraentes e

significativamente importantes, para o entendimento da construção e complexidade do espaço geográfico, desde a escala mais próxima até aquelas de maior abrangência.

Nessa linha, de forma objetiva e específica, no que diz respeito à utilização de alguns recursos didáticos e pedagógicos, listo a seguir algumas sugestões de atividades relacionadas a esse aspecto que podem contribuir com uma prática pedagógica de Geografia mais vivaz:

I - Trabalhos de campo

O trabalho de campo é essencial no estudo geográfico. É no campo, que de forma especial, que as situações podem ser vivenciadas. Sem o trabalho de campo perde-se uma parte considerável da essência da Geografia e logicamente, dificulta em muitas situações o trabalho com as questões ambientais. Assim, como poderíamos analisar o uso e ocupação do solo? Como auferir a percepção dos alunos ao visitarmos tal área? Que atitudes poderiam ser desenvolvidas frente aquelas situações?

II - Representações teatrais

As apresentações teatrais agem como elementos estimulantes para a participação do aluno. Mais importante do que um aparente divertimento, essa atividade busca tornar mais próximas situações envolvendo importantes questões ambientais que foram debatidas em sala de aula. Como exemplo, trabalhando com a 8ª série no projeto Tom da Mata, patrocinado entre outras entidades pelas organizações Roberto Marinho, construímos (professor e alunos) uma peça intitulada 500 anos de degradação da Mata Atlântica. Nessa peça, os alunos mostravam a degradação da Mata Atlântica destacando os fatos que desencadearam as transformações do espaço brasileiro através de sua ocupação ao longo do tempo, desde a chegada dos portugueses até o quadro urbano e industrial em atualmente vivemos.

III - O uso de filmes

Em pleno século XXI é inadmissível que no ensino de Geografia não seja feito o uso da linguagem áudio-visual que os filmes do cinema, dos documentários e reportagens das televisões ou mesmo de filmes em VHS produzidos por alunos e professores. Como alguns exemplos, temos o curta metragem “A Ilha das Flores” que apresenta uma narração dinâmica, caricata, porém extremamente séria e crítica da “evolução” do ser humano, diferenciando-o dos outros animais por sua “capacidade cerebral” e pelos seus polegares opositores, até chegar a suprema sapiência de “cultivar” um lixão onde a degradação ambiental e social fazem parte de um mesmo cenário, em um local conhecido como Ilha das Flores, no sul do Brasil. Esse filme foi baseado em fatos e certamente é provocador de

debates que poderão ser estendidos à comunidade em geral que esteja passando por situação similar.

Documentários e reportagens, especialmente aqueles divulgados pela TV Futura, TV Escola, TVE, Discovery Channel, GNT, Globo News, National Geographic Channel, merecem atenção e devem ser gravados já que são importantes ferramentas que favorecerão a ampliação e compreensão dos saberes geográficos.

Por fim, outra maneira de trabalhar filmes é literalmente “pondo a mão na massa” realizando seus próprios filmes com os alunos através das filmagens em VHS. Seguindo essa linha muitas filmagens foram por mim realizadas, em momentos de apresentação de trabalhos dos alunos ou em trabalhos de campo.

IV - O uso das letras de músicas

Determinadas letras de músicas permitem uma leitura de acontecimentos de uma forma talvez não convencional, mas extremamente verdadeira e cristalina. A Ciência da Geografia não pode esquivar-se das possibilidades que se abrem a partir da utilização dessa forma de leitura e expressão artística para a sua prática congregando procedimentos de educação ambiental.

A belíssima música de Beto Guedes, O Sal Da Terra, que além de mostrar uma das “raízes” dos problemas ambientais “És o mais bonito dos planetas, tão te maltratando por dinheiro...”; clama pela união de todos para salva-lo.

Até mesmo, grupos de Rock, como “Os Ratos do Porão”, certa vez, usou como tema em uma de suas músicas, a construção das usinas atômicas em Angra dos Reis.

Enfim, outros tantos exemplos poderiam ser citados, já que o universo musical, especialmente do Brasil é riquíssimo e favorece a uma “navegação” geográfica.

V - A criação de paródias musicais

As paródias musicais, comparativamente a construção permite uma participação sem dúvida bem humorada, mas, não menos criativa, sobre o tema abordado revelando-se um instrumento que estimula a visão crítica e que traduz a percepção mais ampla de uma outra determinada situação.

VI - O uso de charges

Segundo Ferreira (1999) charge é “uma representação pictórica, de caráter burlesco e caricatural em que se satiriza uma idéia, situação ou pessoa”. Por serem contextualizadas, as charges de jornais, revistas e mesmo aquelas eletrônicas, com poucas ou nenhuma

palavra escrita, dizem muito sobre os aspectos múltiplos da sociedade constituindo-se em uma linguagem ágil, inteligente e estimulante. Além da análise das charges prontas, interessante também é trabalhar com a construção de charges pelos alunos. Dos muitos trabalhos com charges que tive o prazer de participar, todos deixaram boa impressão, desde aquelas desenhadas de maneira simples, até aquelas mais elaboradas. Entre tantas, em um outubro de alguns anos atrás, um jovem artista fez uma charge, onde um então presidente da época fazia um "churrasquinho" de uma escola. O tema desenvolvido se referia à educação no Brasil.

VII - O uso de recortes de jornais, de revistas, dos livros de apoio

Essa atividade com os alunos, antes de tudo, objetiva criar o hábito da leitura em virtude das dificuldades de interpretar e redigir de forma clara, que muitos desses alunos, ainda apresentam no segundo seguimento do ensino fundamental. A partir desse ponto poder-se-á fazer não só uma da leitura correta, mas uma re-leitura crítica desse material que em síntese relata situações da realidade que nos cerca e por fim a construção de textos e de outros trabalhos (cartazes, debates, feiras, jogos, etc.). É bom frisar, duas coisas importantes: a primeira diz respeito à qualidade da fonte impressa a ser utilizada. A segunda coisa é que nem toda fonte, necessariamente, deverá representar fatos atuais ou compêndios científicos. Obras literárias, como Vidas Secas, O Quinze, O Cortiço e tantas outras (nacionais ou não) poderão servir de elementos comparativos, com situações que se expressam em várias escalas espaciais e que foram construídas ao longo do tempo. O conjunto de informações, agora mais elaboradas, contribuirá para o embasamento do ensino-aprendizagem de Geografia.

VIII - O uso da Internet

A Internet merece um comentário à parte, pois é a maior biblioteca do mundo e não deve ser vista com preconceito, mas sim com precaução, em virtude da qualidade das informações. O estímulo a sua utilização (mesmo que existam grandes dificuldades de acesso) é de fundamental importância para situar o aluno nas possibilidades que essa nova tecnologia nos oferece, apesar de tantos outros problemas por que passa o país. Sites que apresentem abordagens que envolvam as questões ligadas direta ou indiretamente à temática geográfica ambientais (que, aliás, são muitos) podem e devem ser usados como fonte de pesquisa e não somente como "corte e colagem". De forma simples podemos exemplificar os sites ligados a AGB, Geocities, entre tantos outros.

IX - O uso de jogos

Na verdade o que se pretende com essa atividade, é mais uma vez, estimular os alunos no sentido que conheçam termos ligados à Geografia. Com um exemplo relacionado à

Educação Ambiental e Geografia, mostramos a seguinte atividade: a turma é dividida em grupos os quais mandam seus representantes (um de cada grupo) para responder as perguntas que serão feitas em uma espécie de “show do milhão” adaptado. No final da atividade, para o aluno ganhador e seu respectivo grupo serão dados livros com a temática ambiental e para os “perdedores” caberia o cumprimento de tarefas como construir um mural ou murais ou apresentação nas turmas, alertando-as sobre a importância da economia da água, para a importância da questão do lixo, etc. É bom que diga, que não se trata de um exercício de memorização, mas sim de participação, para o qual será dada a continuidade e serão promovidas as discussões necessárias, das se esperam as atitudes correspondentes.

X - Montagem de um guia com os alunos divididos em grupos

Essa atividade consiste na pesquisa das características de determinados ambientes, seus problemas e possíveis soluções; todas essas ações darão origem a um guia. A escolha das situações para o desenvolvimento dos “guias” derivará do debate em sala de aula, que deverá ser orientado no sentido para que não se privilegie um enfoque muito generalizado, dando o destaque às situações do cotidiano dos alunos. Por fim os trabalhos serão apresentados e debatidos não só com a turma onde foi desenvolvido, mas também com o corpo da escola e a comunidade.

A FORMAÇÃO OU DEFORMAÇÃO DO PROFESSOR

Esse aspecto mesmo aparecendo no final deste trabalho, está presente em todo o seu corpo, sendo extensão direta do tópico anterior. Não há dúvida, que a formação de um bom profissional de um modo geral, e em princípio, parte da sua graduação que obrigatoriamente, deve proporcionar as condições ideais para o seu correto direcionamento não só na aquisição de saberes, mas na conduta ética e profissional. Embora exista há alguns anos a preocupação, pelo menos aparente, do governo federal em inspecionar e avaliar e melhorar os currículos dos diversos cursos de graduação quer seja pelas visitas das comissões de especialistas, pelo antigo “provão” ou mesmo com a instauração das diretrizes curriculares nacionais no ano de 2002, sabemos que existem instituições de ensino que quase que, literalmente, são fornecedoras de diplomas, daquele tipo “pagou passou” e/ou ultrapassadas, alheias às necessidades atuais de um enfoque educacional geográfico formativo de qualidade, com uma infraestrutura adequada em todos aspectos considerados básicos. Os professores “formados” nesse ambiente tenderão a reproduzi-lo e conscientes ou não, serão condutores da desqualificação.

Apesar de tantas informações disponíveis atualmente, uma parcela de estudantes de graduação pode cair inocentemente nessa armadilha, o que já é preocupante. Mas não devemos deixar de considerar aquelas pessoas que procuram tais instituições sabendo

exatamente o que irão encontrar, alimentando-as e um dia como “professores”, pouco ou nada trarão para a formação do aluno, mas conseguirão, mais uma vez, macular o ensino de Geografia.

O ato de ensinar não é um sacerdócio, mas um ato profissional e, portanto obrigatoriamente competente. Fazer Geografia por fazer (passar tempo) ou cursá-la como um “bico” e depois exercê-la de qualquer jeito é intolerante. Não é possível deixar-se seduzir ou optar por aquilo que é mais fácil, mas proporcionalmente danoso e cruel e levar para aqueles que mais dependem de nós: os alunos.

CONCLUSÃO

A Geografia é a ciência que deveria, através dos profissionais de ensino, ser conduzida em todo o seu potencial para práticas efetivas que se direcionem a contribuição para a construção da plena cidadania.

Os livros didáticos, o quadro e o giz os quais figuram no título desse artigo, em nenhum momento foram citados no corpo desse trabalho, justamente por entendermos que, embora façam parte do cotidiano escolar, de forma alguma são a sua essência e sim ferramentas a serem utilizadas por aquele professor de Geografia cômico, preparado e determinado que **precisa e queira** superar barreiras, estabelecendo um ensino de Geografia de qualidade, realmente dinâmico, no sentido mais amplo da palavra e com o objetivo maior expresso no parágrafo anterior. Essas barreiras se edificam como a falta de fundamentação mais consistente na parte teórica, conceitual e metodológica do professor e de certas posturas profissionais; das políticas públicas muitas vezes autoritárias e desconstrutivas; da estruturação didático-pedagógica e administrativa das escolas e própria formação (graduação) do professor. Mas, paralelamente, foram feitas análises e propostas ações para superar essas dificuldades.

O enfoque especial nesse trabalho foi dado à prática pedagógica de Geografia nas escolas no nível fundamental, segundo seguimento, do ensino público municipal. Tal opção está firmada pelo fato de lecionar nos Municípios do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis, há vários anos e ter vivido as mais diversas experiências, não como um mero expectador ou um burocrata por detrás de uma mesa, mas como um professor do nível fundamental e do nível superior do Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos; analista e pesquisador, errando e aprendendo e me constituindo, modestamente, como mais um “brigador” pela qualidade do ensino de Geografia.

Por fim tenho a dizer que em nenhum momento houve a pretensão de esgotar o assunto, mas certamente trazer elementos para a discussão de acordo com o grau de importância que merece a questão.

REFERÊNCIAS

- BOLEA, M.T.E. Las avaliaciones de impacto ambiental. Madri: Cadernos del CIFCA, 1980.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). Perspectivas da geografia. São Paulo: Difel. 1992.
- DEL RIO, V. e OLIVEIRA, L. Percepção ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- DIAS, Genebaldo F. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 8ª edição, 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio. Século XXI o dicionário da língua portuguesa. 3ªed, totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.
- LOUREIRO, C. F. Bernardo, LAYRARGUES, Philipe Pomier e CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.
- MELLO, Guiomar Namó de e outros. Educação e transição democrática. São Paulo: Cortez, 1987.
- MELLO, J. B. F. Geografia humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, 52 (4) 91-115, IBGE, 1990.
- MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MORAES, A. C. R. e COSTA, W. M. Geografia crítica: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MOREIRA, R. O que é geografia? São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MORETTO, Vasco P. Construtivismo, a produção do conhecimento em aula. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- MORETTO, Vasco P. Prova, um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NISKIER, Arnaldo. LDB: a nova lei da educação – tudo sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional: uma visão crítica. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.
- PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- PERRENOUD, Philippe. Novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- QUAINI, M. Marxismo e geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2004.
- SOJA, E. W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- TUAN, Y. F. Espaço e lugar: perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- VESENTINI, José William. A geografia crítica no Brasil: uma interpretação depoente. www.geocrítica.hpg.ig.com.br/geocrítica04-6.htm, 2003.